

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 693-A de 2019
do Senado Federal, que "Altera a
Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de
1979 (Lei do Parcelamento do Solo
Urbano), para assegurar o direito
de permanência de edificações na
faixa não edificável contígua às
faixas de domínio público de
rodovias e ferrovias e para
possibilitar a redução da extensão
dessa faixa não edificável por lei
municipal ou distrital".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de
dezembro de 1979, para assegurar o
direito de permanência de
edificações na faixa não edificável
contígua às faixas de domínio
público de rodovias e para
possibilitar a redução da extensão
dessa faixa não edificável por lei
municipal ou distrital.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.766, de 19 de
dezembro de 1979, para assegurar o direito de permanência de
edificações na faixa não edificável contígua às faixas de
domínio público de rodovias e para possibilitar a redução da
extensão dessa faixa não edificável por lei municipal ou
distrital.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro
de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

.....

III - ao longo das faixas de domínio
público das rodovias, a reserva de faixa não

edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado.

III-A - ao longo das águas correntes e dormentes e da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado;

.....

§ 5º As edificações localizadas nas áreas contíguas às faixas de domínio público dos trechos de rodovia que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, desde que construídas até a data de promulgação deste parágrafo, ficam dispensadas da observância da exigência prevista no inciso III do *caput* deste artigo, salvo por ato devidamente fundamentado do poder público municipal ou distrital.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente